



Texto para discussão

266

**As origens da política brasileira
de desenvolvimento regional:
o caso da Superintendência da
Valorização Econômica da
Amazônia (SPVEA)**

**Sylvio Mario Puga Ferreira
Pedro Paulo Zahluth Bastos**

Abril 2016

Instituto de Economia
UNICAMP



As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)

Sylvio Mario Puga Ferreira*
Pedro Paulo Zahluth Bastos**

Resumo

Na literatura econômica sobre planejamento regional no Brasil, não é incomum apontar a Sudene, criada em 1959, como a primeira experiência brasileira de planejamento regional. Argumentamos que a primazia cabe à Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, muito embora sua criação não tenha resultado de um esforço planejado desde o centro político para a periferia regional, como no caso da Sudene. Após o término da Segunda Guerra Mundial, pairava sobre a Amazônia uma fase de incertezas e expectativas acerca do futuro da região. As lideranças políticas e econômicas da região veem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 uma oportunidade para legislar a criação de subsídios para a chamada valorização econômica da Amazônia. A aprovação do artigo 199 e sua posterior regulamentação levariam à criação da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953. Ela buscou, através de suas estratégias de planejamento contidas inicialmente no Plano de Emergência (1954) e, posteriormente, no Primeiro Plano Quinquenal (1955-1960), aplicar recursos em setores considerados prioritários, de Saúde a Transportes e Comunicações, com resultados desiguais sobre a Amazônia Ocidental e Oriental.

Introdução

Os antecedentes da criação da Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) estão associados ao longo processo de crise da Economia Extrativa da Borracha (1912-1942). No início do século XIX, a borracha amazônica começou a ser exportada para os Estados Unidos, mas seu uso era limitado por ser pegajosa no calor e muito rígida no inverno. O problema foi solucionado somente em 1839 com a descoberta do processo de vulcanização, realizado por Charles Goodyear. O auge das exportações ocorreu no final do século XIX, lastreadas pela oferta monopolista e pela demanda proveniente das transformações técnicas e científicas operadas pela Segunda Revolução Industrial, em particular na indústria automobilística. Sua crise teve

* Professor Associado 2 da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Diretor da Faculdade de Estudos Sociais (FES).

** Professor Associado (Livre-docente) do Instituto de Economia da Unicamp.

origem na concorrência de exportações asiáticas empreendidas pelo capital inglês no início do século XX, ao produzir látex em abundante quantidade e com custos de produção inferiores aos custos de extração amazônicos¹.

Com estopim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a situação se altera na região. No início de 1942, quando o conflito mundial se estende aos Oceanos Índico e Pacífico, os japoneses apoderam-se de 97% da região produtiva da Malásia e as fontes produtoras do Sudoeste Asiático passaram ao controle dos países do Eixo, levando as potências Aliadas a voltarem seus olhos para a Borracha da Amazônia. Como consequência, o fornecimento de borracha foi elemento central dos Acordos de Cooperação Econômica assinados entre o Brasil e Estados Unidos, denominados “Acordos de Washington”, iniciando-se imediatamente o que se chamou na época de “A Batalha da Borracha”, cuja operacionalização envolveu o deslocamento massivo de homens para os seringais, denominados de “Soldados da Borracha” para a Amazônia.

Terminado o conflito, a possibilidade de regressão ao cenário de estagnação regional era latente. Nesse contexto, as lideranças políticas e econômicas da região dos Estados do Amazonas e Pará, veem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, uma oportunidade de perenizar recursos do Orçamento da União para a região. Articuladas com outras bancadas, essas lideranças conseguem a aprovação do Artigo 199, o qual determina a aplicação de 3% da Renda Tributária Nacional para inversões visando à Valorização Econômica da Amazônia. A aprovação do artigo 199 e sua posterior regulamentação culminam com a criação da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953.

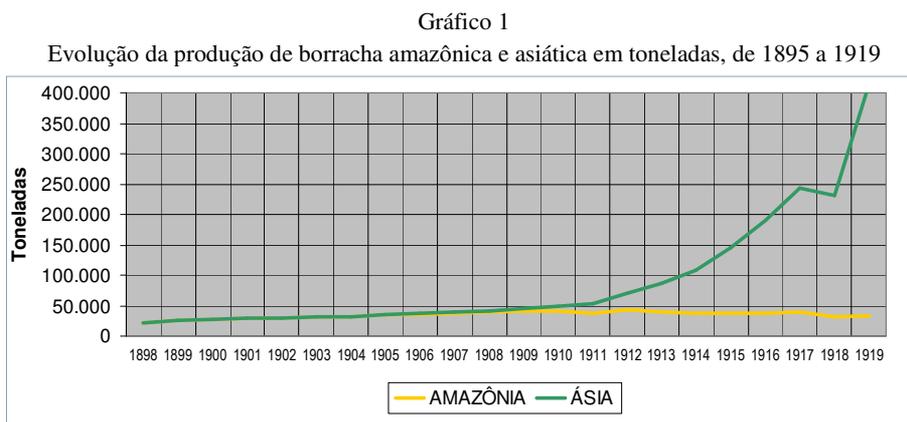
Pretendemos mostrar nesse artigo que a SPVEA, como primeira experiência nacional de política de desenvolvimento regional, não surge de um projeto nacional para a Amazônia, mas de uma conjuntura política interna (a Assembleia Nacional Constituinte de 1946) que abria espaço para demandas de apoio ao desenvolvimento regional oriundas das regiões e não de um esforço de planejamento central. Ressalte-se também que na literatura econômica sobre o planejamento regional no Brasil, não é incomum apontar a Sudene, criada em 1959, como primeira experiência brasileira de planejamento regional, cuja primeira protagonista na realidade foi a SPVEA, criada em 1953. É verdade

(1) O custo do trabalhador brasileiro chegava a ser três vezes maior do que o dos trabalhadores chineses e malaios do Sudeste Asiático. Um trabalhador na Amazônia custava 2,80 francos, incluindo-se aí o custo de alimentação, e tinha uma jornada de cerca 9 horas de trabalho; um trabalhador chinês custava 1 franco/dia por 10 a 12 horas de trabalho, enquanto o malaio custava 0,70 francos/dia (Machado, 1989).

que a Comissão do Vale do São Francisco (1948) antecedeu ambas, mas ela não abarcava toda uma região política como a SPVEA e a Sudene. Acompanhamos em seguida a evolução da política de desenvolvimento regional para a Amazônia até a extinção da SPVEA na ditadura militar, procurando identificar rupturas na política implementada.

1 A crise da borracha e a criação da SPVEA

Os antecedentes da criação da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) estão associados ao longo processo de crise da economia extrativa da borracha. A economia Amazônica entre 1850-1950 tem seu alicerce na monocultura extrativa da borracha. O período de 1898 e 1919 foi o de superação da borracha natural da Amazônia (extraída da floresta) pela borracha asiática (produzida na forma de *plantation*). Esta mudança na técnica ampliou a oferta de borracha em nível mundial, e suplantou o monopólio amazônico, na primeira década do século XX, conforme Gráfico 1 abaixo:



A superação da Borracha Asiática pela Borracha Amazônica nos mercados mundiais inaugurou na região uma forte retração econômica entre 1912-1942, pois a transição do monoextrativismo da borracha para o poliextrativismo de outras culturas como Castanha, Açaí, entre outros era difícil numa economia não-monetizada, onde o escambo prevalecia nas trocas comerciais, ancorados na figura do Regatão.²

(2) Regatão era o mercador que levava nos barcos regionais mercadorias e gêneros de primeira necessidade, e em troca recebia produtos locais. Não havia moeda nas trocas, e sim o puro escambo.

A Segunda Guerra Mundial, com a conquista japonesa das áreas de cultivo de borracha asiáticas, colocou novamente a Amazônia no tabuleiro das questões mundiais, na medida em que somente aquela região dispunha da borracha na sua forma original, com seringueiras nativas e produtivas. De fato, como os Aliados contavam apenas com os seringais do Ceilão, Índia e África, a borracha da Amazônia tornou-se recurso estratégico para o esforço de guerra. Contudo, como sua população havia diminuído em função da regressão econômica existente, eram necessários novos contingentes humanos para voltar à floresta e buscar o látex disperso nos mais diferentes rios. Como consequência da conjuntura mundial, o fornecimento de borracha foi um elemento central dos acordos de cooperação econômica assinados entre Brasil e Estados Unidos em 1942 e 1943, iniciando-se imediatamente o que se chamou, na época, de “A Batalha da Borracha”, cuja implementação envolveu o deslocamento massivo de “Soldados da Borracha” para a Amazônia.³

Os Acordos de Washington previam quanto aos pontos de interesse os seguintes objetivos:

- a) O uso da Borracha no Brasil ficaria restrito ao essencial; b) A venda aos Estados Unidos de toda a produção brasileira, até 31.12.46; c) Criação de uma repartição do Governo Brasileiro para monopolizar a compra e a venda da Borracha; d) Estabilização do preço do produto em 39 cents de dólar, que, em maio de 1942, foi reajustado para 45 cents de dólar por libra-peso; e) O estabelecimento de um bônus de 2 ½ centavos por libra-peso, para toda a borracha adquirida acima de 5.000 toneladas anuais; f) O estabelecimento de preços, para o excesso de produtos manufaturados de borracha exportável; g) O consentimento da “Rubber Reserve” à criação de um fundo, de US\$ 5.000.000, para incentivos à produção de borracha (Corrêa, 1967).

Visando ao engajamento imediato de trabalhadores na extração da Borracha é criado, em outubro de 1942, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), que trouxe para a região principalmente nordestinos. Para mobilizar os “soldados”, os contratos tinham

(3) A Batalha da Borracha exigiu mobilizar recursos como “...alimentação, assistência médica, medicamentos, bancos, petróleo e acima de tudo mão-de-obra. Um seringueiro não poderia produzir mais de meia tonelada de borracha por ano. Para se obterem 50.000 t anuais, seriam necessários 100.000 seringueiros. Na época, trabalhavam em toda a região apenas 30.000 seringueiros, no máximo 35.000. Aonde recrutar mais homens para a formidável e ingrata tarefa?” (CORRÊA, 1967). Sobre os acordos Brasil-Estados Unidos, conferir Moura (1980; 1984a; 1984b) e Seitenfus (2000).

um prazo de dois anos, a fim de evitar que, depois de despesas e primeiros trabalhos, fossem engajar-se em outras ocupações.

Vários órgãos públicos foram criados para coordenar a empresa. A Semta trouxe 9.000 trabalhadores, encaminhados até os seringais nos altos dos rios. Em julho de 1942, foi criado o Banco de Crédito da Borracha (BCB), com fim exclusivo de financiar os produtores de borracha, adquirir toda a produção de borracha e revendê-la. Com o fim de resguardar a saúde do pessoal recrutado, em janeiro de 1943 foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que se encarregava dos exames dos trabalhadores e das instalações sanitárias dos centros de mobilização. Em setembro de 1943, a Semta foi substituída pela Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (Caeta), que tinha por finalidade administrar o programa de transferência de mão-de-obra e colocar um adicional de 16.000 homens no vale amazônico em tempo de extrair a safra de 1944.

Terminada a Segunda Guerra Mundial em 1945, a economia amazônica ainda experimentava certa euforia econômica, pois os “Acordos de Washington” dinamizaram a curto prazo a região. Em que pese o esforço e custos envolvidos, no entanto, “os resultados da ‘Batalha da Borracha’ em termos de produção foram bem modestos. De 1941 a 1945, a produção anual de borracha natural subiu apenas 10.000 toneladas (de 12.840 para 22.902), atingindo um nível apenas ligeiramente superior à metade do registrado em 1912, ano da produção máxima” (Mahar, 1978).

Assim, a Amazônia do pós-guerra apresentava uma economia sustentada a preços artificiais, até que os “Acordos de Washington” caducassem em junho de 1947. A política de sustentação do extrativismo não se mostrou mais eficaz. O longo período de estagnação da economia amazônica (1912-1942) e, posteriormente, a Batalha da Borracha (1942-1945), modificaram a forma de pensar a região. A criação de instituições como o Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), o Instituto Agrônomo do Norte, concomitantemente com os órgãos envolvidos na “Batalha da Borracha” como Sesp, Semta, Caeta, Sava – Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico, além da criação em 1943 dos territórios federais do Guaporé (atual estado de Rondônia), Rio Branco (atual estado de Roraima) e Amapá (atual estado do mesmo nome), modificam o mapa geoeconômico-político da Amazônia, conduzindo as classes dirigentes a uma nova postura.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1946 aconteceu num momento singular para a região, propiciando uma oportunidade histórica de consolidar a doutrina segundo a qual é dever do país dinamizar a região amazônica. Fica claro que o discurso de Valorização Econômica é um discurso surgido e produzido pelas elites regionais no bojo de uma articulação institucional em torno do desenvolvimento da região. Era necessário tirar a Amazônia de sua estagnação, diminuir as distâncias do progresso, da urbanidade do centro-sul (Passos, 2009).

Nessa perspectiva, a bancada amazonense levou à consideração do Congresso Constituinte uma emenda do Deputado Leopoldo Peres, que assim preceitua, em seu art. 1º: “A Valorização Econômica da Amazônia, de modo a possibilitar-lhe o efetivo enquadramento na órbita da economia brasileira, constitui encargo nacional e serviço permanente da União “ (Ferreira Filho, 1961). A emenda propôs a ocupação da área como medida de segurança nacional e racionalização dos métodos de aproveitamento de suas riquezas naturais. Embora aprovada por unanimidade nas comissões e no grande plenário da Constituinte, a proposta perdeu sua forma original, ficando assim redigido o Art. 199 da Constituição de 1946: “Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, pelo menos durante vinte anos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária”.

Ferreira Filho (1961) chama a atenção para o fato de que a descaracterização da proposta amazonense é maléfica para a região: “Além dessa deliberada descaracterização de conteúdo, a expressão valorização econômica sem qualquer definição de limite e finalidades, é extremamente vaga e inconsistente, permitindo as mais variadas conceituações e interpretações, nem sempre em consonância com a natureza e a extensão daqueles problemas nacionais e regionais, que a Amazônia agasalha e que foram claramente mencionados por Leopoldo Peres em sua notável justificação”.

Promulgada a Constituição de 1946, criou-se um organismo parlamentar que devia se inteirar dos problemas da região, ouvindo técnicos e estudiosos do problema, além de personalidades culturais e públicas, quer na capital da República, quer nas unidades da Federação. Assim foi instaurada a Comissão Especial de Valorização Econômica da Amazônia, cuja presidência coube ao deputado Leopoldo Péres. No período de 21 de junho a 03 de agosto de 1947, a Comissão se deslocou num périplo pelos Estados e Territórios

Federais Amazônicos, procurando ouvir os apelos da região, e formular um Projeto de Lei que operacionalizasse o artigo 199.⁴

Após esta etapa de visitas a nove unidades da federação, a Comissão recebeu três propostas: a primeira da Sociedade de Amigos de Alberto Torres que propõe a criação do Instituto de Recuperação da Amazônia; a segunda do deputado amazonense Cosme Ferreira Filho; a terceira no projeto de lei n. 33, de Francisco Pereira da Silva, que criava o Departamento Nacional da Amazônia com a finalidade de centralizar, unificar e superintender a execução do plano de valorização econômica da Amazônia.

A comissão, após estudar as propostas encaminhadas, adotou como modelo para a região o *Tennessee Valley Authority Act*⁵ que, na exposição de motivos ao projeto de lei, assim se justifica:

Quem quer que tenha deletreado o “Tennessee Valley Authority Act”, de 18/05/1933, modificado a 21/11/1941, onze anos depois, pelas novas condições oriundas dos conflitos armados que abalaram o mundo, que trata da valorização de pequeníssimas áreas de 2.000.000 de acres de terras, em Muscle Shoals, no rio Tennessee (...), há de concordar que os projetos de valorização do São Francisco e da Amazônia (...), na parte exclusiva do direito administrativo, dão às entidades, que visam criar, absoluta e imprescindível autonomia, a única modalidade, ao nosso ver, capaz de levar a bom termo empreendimentos tão imperiosos quanto importantes, que hajam a órbita de quaisquer outros. Máxime a da Amazônia, que abrange mais da metade do nosso território na região hidrográfica mais complexa e mais emaranhada do mundo (Botelho, 1947).

O modelo do *Tennessee Valley Authority Act* apresenta dois aspectos, um de caráter econômico, outro político, onde deveriam ter-se em consideração diversos fatores para alcançar melhores resultados na promoção do

(4) A SPVEA teria sob sua jurisdição as nove unidades da federação visitadas nesse período, abrangendo uma área de 1.451 mil Km². As unidades que comporiam a SPVEA são: Estados do Amazonas e Pará, Goiás (grande parte dos vales do Tocantins e Araguaia), do Mato Grosso (Vale dos rios Guaporé, Paraguai, Teles Pires, Juruena e Xingu) e Maranhão (vertente do Tocantins), além dos Territórios do Acre, Amapá, Guaporé (atual Estado de Rondônia) e Rio Branco (atual Estado de Roraima).

(5) A maior experiência de caráter regional efetuada nos EUA, no vale do Tennessee (região do Centro-sul Oriental) pelo vulto de obras e somas investidas, vencendo o tradicionalismo americano que não suportava a interferência do Estado na esfera privada em matéria de produção de riqueza.

desenvolvimento regional, com base nas bacias hidrográficas. Entre os aspectos de caráter econômico, podemos mencionar que o investimento público deveria ser centrado na utilização dos recursos naturais existentes, como parte do esforço nacional de desenvolvimento. Para isto, os programas das bacias hidrográficas, se orientariam a proporcionar o capital social básico (rodovias, pontes, serviços em geral), desenvolver o potencial agrícola, principalmente mediante obras de irrigação e construção de hidroelétricas de uma região (PASSOS, 2009)

A demora na execução do artigo 199, que destinava 3% da Renda Tributária à Valorização Econômica da Amazônia, adiou a aplicação de investimentos na região com os seguintes montantes entre 1947 e 1952, conforme Tabela 1:

Tabela 1
Renda tributária nacional e percentual destinado à valorização econômica da Amazônia
(1947 – 1952)

Ano	Receita Tributária da União Cr\$ 1.000,00	Quota de 3% Destinada a Amazônia
1947	11.667.479	350.024
1948	12.150.220	364.506
1949	13.349.976	400.499
1950	15.590.011	467.700
1951	21.876.404	656.292
1952	24.804.465	744.133

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE, vários anos (valores correntes).

Quando Getúlio Vargas voltou à presidência em 1951, houve maior espaço para o planejamento regional. O debate sobre o desenvolvimento nacional ganhava o país com políticos, militares, estudantes e sindicalistas se mobilizando em defesa da exploração estatal do petróleo, o que resultou na criação da Petrobrás. O Brasil vivia um momento de grande crescimento da economia, com fortalecimento do Estado e integração do mercado interno. Outros bancos federais públicos foram criados como o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e BNB (Banco do Nordeste do Brasil S/A). O desenvolvimentismo se institucionalizava, com o crédito se direcionando às

metas de planejamento (Draibe, 1985; Fonseca, 1987; 2010; 2011; Bastos, 2005, 2006, 2011, 2012 e 2015).

Em 06/01/1953, a Lei n. 1804 criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, gerando novas perspectivas para a região. Nos considerandos da lei, os objetivos eram apresentados com a retórica nacional-desenvolvimentista típica do período: *“Com objetivos de assegurar à ocupação da Amazônia um sentido brasileiro, construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressiva capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais e desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e completar ao da economia brasileira...”* (SPVEA,1954).⁶

Os objetivos específicos da SPVEA eram os seguintes: a) criar na Amazônia uma produção de alimentos pelo menos equivalentes às suas necessidades de consumo; b) integrar a região à economia brasileira, produzindo na Amazônia, no limite de suas possibilidades, matérias-primas e produtos alimentares importados pelo país; c) promover a exploração das riquezas energéticas e mineração da região; d) desenvolver a exploração de matérias-primas regionais; e) converter, gradualmente, a economia, extrativa praticada na floresta, e comercial, praticadas nas cidades, em economia agrícola e industrial; f) estimular a criação da riqueza e a sua movimentação através de sistemas de crédito e transportes adequados; g) elevar o nível de vida e de culturas, técnicas e política de sua população (SPVEA,1954).

2 O programa de emergência (1954)

Após sua instalação tornava-se necessário apresentar para os Estados Amazônicos uma rápida resposta de curto prazo aos anseios e necessidades, que eram inúmeras. O Programa de Emergência, que vigorou durante o ano de 1954, tem por objetivos: a) continuação das obras e serviços que fossem partes necessariamente integrantes do Plano, iniciados e mantidos com verba da Valorização Econômica da Amazônia; b) os projetos e empreendimentos de natureza urgente e os estudos preparatórios para a organização definitiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Abrangendo as áreas de Desenvolvimento Agropecuário, Transportes, Comunicação e Energia,

(6) Não há referência a preocupações ecológicas e de desenvolvimento sustentável, o que reflete as prioridades da época.

Desenvolvimento Cultural, Recursos Naturais e Saúde, a programação orçamentária ficou assim organizada:

Tabela 2
Amazônia
Programa de Emergência e Sua Aplicação por Setores – 1954

Setores	Valor Cr\$ 1.000	%
Investimentos	40.000	12,2
(Despesas Administrativas)	--	-
Desenvolvimento Agropecuário	65.820	19,9
Transp. Comunic. e Energia	85.760	25,9
Desenvolvimento Cultural	20.000	6,1
Recursos Naturais	33.460	10,2
Saúde	84.960	25,7
TOTAL GERAL	330.000	100,00

Fonte: Programa de Emergência (1954, p. 9).

Conforme a Tabela 2, os setores mais beneficiados com o Plano de Emergência foram: Transportes, Comunicação, Energia e Saúde. Chama a atenção o fato que a rubrica Saúde orçamentariamente tem praticamente o mesmo montante em recursos da rubrica de Transportes, Comunicações e Energia. Isso se deve ao fato da ausência de políticas públicas na região e de infraestrutura adequada para as populações amazônicas sejam urbanas ou não urbanas (ribeirinhos, indígenas, pescadores e caboclos).

No seu primeiro ano de funcionamento, a SPVEA já começa a padecer de ingerências externas como o interesse político na liberação dos recursos, que afetam a credibilidade do órgão enquanto gestor e executor de uma política global para a região. Além disso, transformar a realidade existente exige contar com o fator tempo, condição necessária para implantação do planejamento de longo alcance. O Programa de Emergência foi uma providência preliminar e de pequena envergadura, pois ficou caracterizado como elemento de transição entre o regime de obras e serviços que vinham se realizando dentro dos poucos recursos do orçamento regular da União.

3 O I Plano Quinquenal (1955-1960)

Chama atenção o fato da SPVEA ser concebida na ausência de um Projeto Nacional para a Amazônia e ser anterior ao Plano de Metas (1956-

1960), que não integrou a economia gomífera no centro de suas preocupações⁷. É verdade que, dentre as 30 metas propostas no Plano de Metas de JK, a meta 25 denominava-se Borracha. Mas seu enunciado previa o aumento da produção de borracha de 22 mil para 65 mil toneladas, com o início da fabricação da Borracha Sintética. Ocorre que a Amazônia era historicamente produtora de Borracha Natural (látex extraído *in natura* da seringueira) e a Borracha Sintética representava um salto tecnológico, que a região nunca dispôs. Assim, a política de desenvolvimento regional para a Amazônia nasceu desarticulada de um esforço de integração da região ao planejamento nacional que se estabelecia no mesmo período. Em outras palavras, não havia encadeamentos setoriais que articulassem organicamente ramos produtivos na Amazônia com as indústrias motrizes que lideravam a estrutura produtiva criada com o Plano de Metas.

A SPVEA, por sua vez, ao executar o Programa de Emergência, direcionou seus esforços na elaboração do I Plano Quinquenal. O mesmo foi concluído num prazo pouco superior a 5 meses, dificultando um planejamento acabado, admitindo-se, porém, ajustes no plano à medida que fosse executado por meio de revisões periódicas, de que dependiam as dotações orçamentárias anuais.

A premissa inicial do I Plano Quinquenal repousava na modalidade de ocupação do Brasil, com uma densidade demográfica de apenas 0,7 habitante por Km² em 1950. A indústria extrativa se caracterizava como uma atividade temporária, não determinante da fixação do homem na região, dispersando a população, com profundos reflexos negativos no padrão de vida e na produtividade da mão-de-obra. O próprio documento Política de Desenvolvimento da Amazônia, publicado pela SPVEA em 1960, reflete sobre o início de suas operações afirmando que a prioridade inicial foi priorizar a

(7) Embora o Plano de Metas tenha desenvolvido as técnicas de planejamento a um nível sem precedentes no Brasil, ele teve antecedentes: “As primeiras tentativas de planejamento no Brasil, ocorrem ainda durante a II Guerra Mundial. Exemplos dos primeiros esforços são o Plano Quinquenal de Obras e Reaparelhamento da Defesa Nacional, que data de 1942, e o Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), que foi elaborado durante os anos de 1946 e 1947, e cujas origens podem ser atribuídas às ideias desenvolvidas por técnicos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Devem ser ainda mencionadas o conjunto de recomendações das chamadas Missões Cooke (1943) e Missão Abbink, de 1948 (...) Mais fundamental foi o trabalho elaborado pela Comissão Mista para o Desenvolvimento Brasil-Estados Unidos, estabelecida em dezembro de 1949” (Faro; Silva, 2002). Sobre o tema, ver Draibe (1985).

“centralização do povoamento”, ou seja, admitir a inexistência de uma política integradora da economia extrativa e, dadas as limitações financeiras, focar em pontos específicos que poderiam ser conectados, se possível, no futuro:

Não haveria possibilidade, com os recursos previstos, de organizar programas que abrangessem o território total compreendido na área de atuação da SPVEA, sendo o mais factível reforçar a centralização do povoamento, utilizando-se como fator o sistema hidrográfico e as vias naturais de comunicação, restringindo-se a quantidade de áreas que por suas condições permitissem em tempo hábil o retorno para os volumes de investimentos feitos, ou por exigência de política nacional, merecessem especial atenção no esforço de recuperação, não significando o abandono de áreas não selecionadas. Os núcleos pioneiros realizariam a longo prazo a recuperação das áreas não desenvolvidas. À medida que foram conhecidas as peculiaridades do interior amazônico, os planos quinquenais sucessivos irão incorporando novas áreas às anteriormente selecionadas (SPVEA,1960).

Contudo, a limitação não era exclusivamente financeira. A Amazônia possuía um meio físico conhecido imperfeitamente e os estudos efetuados não possuíam um caráter sistemático. Sua heterogeneidade fisiográfica e o desconhecimento científico da região, além da escassez de pessoal qualificado dificultam a atuação global da SPVEA, sendo escolhidas inicialmente 28 áreas de desenvolvimento prioritário na região. Para execução global da política orçamentária prevista, a SPVEA, no período de 1955/ 1960, apresentou o dispêndio global visualizado na tabela abaixo:

Tabela 3
Amazônia – SPVEA – Dispêndio Global por setores
Correlação entre Previsão e Execução Orçamentária – 1955-1960

Setores	Previsão Orçamentária					
	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Desenv. Cultural	131,5	114,7	140,9	225,2	227,6	260,9
Prod. Agrícola	175,2	274,1	321,6	368,5	300,3	352,3
Rec. Naturais	79,9	99,6	171,0	120,4	64,3	126,7
Créd./Particip.	187,9	444,6	788,4	804,9	754,2	1.310,7
Energia	334,7	87,8	226,8	200,1	278,8	334,5
Saúde	305,2	357,1	559,0	604,6	558,3	577,3
Transp./Comum. (1)	239,2	391,3	666,0	898,0	1.700,7	146,2

Execução Orçamentária						
Desenv. Cultural	79,2	65,7	74,9	141,6	74,6	120,3
Prod. Agrícola	143,5	183,8	170,6	205,3	121,8	241,9
Rec. Naturais	71,9	74,1	76,7	81,6	23,2	70,7
Créd./Particip.	150,5	367,3	520,3	563,9	418,8	721,3
Energia	241,7	69,5	132,1	107,7	119,1	209,7
Saúde	247,5	278,0	341,1	432,3	266,4	414,2
Transp./Comum. (1)	146,2	287,0	423,4	562,7	567,1	853,6

(1) Se computados os serviços na BR- 14.

Fonte: Política de Desenvolvimento da Amazônia, SPVEA 54+60, v. I, p. 71-83.

A Tabela 3, relativa às correlações entre previsão e execução orçamentária, demonstra que a SPVEA em todos os setores, com o não recebimento dos valores previstos, foi extremamente prejudicada, sendo as mais atingidas, com grandes defasagens as áreas de Desenvolvimento Cultural (49,6%), Produção Agrícola (40,5%) e Recursos Naturais (39,9%), sendo que os demais setores também sofrem restrições como o de Créditos e Participações (36%), Energia (34,5%), Saúde (33,2%) e Transportes (28%). O setor de Transportes é o que apresenta maior percentual de repasse face à construção da rodovia Belém-Brasília que, estando inserida dentro do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, recebe considerável volume de recursos.

Muitos dos programas foram prejudicados pela limitação e atraso no recebimento de recursos, deixando a SPVEA de receber Cr\$ 4.098,7 milhões, que lhe são constitucionalmente destinadas, no período de 1955-1960, representando perdas de 22% sobre o valor a ser recebido. Apesar de todas as dificuldades e atropelos, é inegável o impacto da aplicação do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, com recursos da ordem de Cr\$ 13,8 bilhões em 6 anos, alterando em muito os seus traços essenciais na perspectiva de corrigir os problemas antigos e crônicos, como de Infraestrutura, Energia Elétrica, Comunicações, numa região de dimensões continentais e fronteiriça com 07 países (Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Suriname, Guina e Guiana Francesa), dos 10 países limítrofes com o Brasil.

4 As modalidades de crédito na Amazônia

Uma das principais metas do Plano Quinquenal foi a implantação de novos sistemas de crédito, permitindo acesso ao financiamento por todos

aqueles que pudessem dispor, pois até então somente os “aviadores”⁸ eram beneficiados. A nova Política de Crédito e Investimento do Plano Quinquenal estabelecia os seguintes critérios:

- A aplicação dos fundos teria que receber rigorosamente à seletividade, em termos de produtividade econômica e social do empréstimo;
- rigorosa previsão do resgate do empréstimo;
- cobertura bancária normal, expressa em garantias razoáveis do crédito tomado;
- a taxa de juros seria sempre reduzida, oscilando entre o máximo de 4% e o mínimo de 2%, e os prazos de resgates fixados conforme a natureza do crédito. Esse critério levou em conta que o capital da SPVEA é estatal, não sujeito às exigências da remuneração especulativa, e que seu emprego responde pela criação de novas fontes de riqueza (SPVEA, 1960).

Todo esse esforço teve por finalidade desenvolver o incipiente sistema de crédito bancário e estimular o capital privado a investir em atividades produtivas. Para tanto teve como referência os setores considerados prioritários no Plano Quinquenal, além de criar duas modalidades de crédito: a interna e a externa.

Na modalidade interna, existiam duas sistemáticas: a primeira é caracterizada pela aplicação na forma de financiamento direto e “*abrangeu operações de crédito às indústrias de manifesta utilidade regional, inclusive artesanato; ao aproveitamento dos recursos naturais com vistas à industrialização local; à melhoria dos meios de transportes fluvial e aéreo na região e entre esta e o resto do país; à aquisição de utensílios, ferramentas e equipamentos destinados à melhoria e aumento da produção em geral; à construção, escoamento regular e armazenagem dos produtos regionais de consumo e exportação. Alguns financiamentos se destinaram às atividades na lavoura e na pecuária*” (SPVEA,1960). A segunda modalidade de crédito interno caracteriza-se pela participação no capital das empresas, independentemente de sua natureza pública ou privada. A modalidade externa

(8) Intermediários que abasteciam os seringalistas e outros extratores com gêneros alimentícios, ferramentas, utensílios e em escala complementar dinheiro, mediante o compromisso de entrega da produção, lucrando no superfaturamento dos gêneros necessários e no subfaturamento na recepção dos produtos. As casas aviadoras, só terminam efetivamente com o declínio irremediável do extrativismo. Mesmo existindo várias “casas aviadoras”, em função da escassez de capital e da dificuldade de abastecimento dos distantes seringais e do encarecimento da produção, funcionaram na prática, em relação a seus “aviados”, como monopsonistas e monopolistas.

caracterizava-se por financiamentos que eram viabilizados através do Fundo de Fomento à produção, cuja operacionalização é executada pelo Banco de Crédito da Amazônia. Os financiamentos concedidos pela SPVEA durante o I Plano Quinquenal ficaram alocados, conforme Tabela 4:

Tabela 4
Amazônia – Financiamentos concedidos pela SPVEA
1955 – 1960

Setores	Montante de crédito (Cr\$ milhões)	Participação relativa %
Pecuária	15,9	1,3
Agricultura	15,0	1,3
Ind. não especificados	74,8	6,3
Ind. de cimento	107,0	9,0
Ind. de fer. de petróleo	48,0	4,0
Ind. de papel	8,8	1,0
Ind. de pesca e frigoríf.	148,8	12,6
Ind. têxtil	105,6	8,9
Melhoramento trans.	83,7	7,0
Energia elétrica	577,7	48,6
Total	1.185,2	100,0

Fonte: Política de Desenvolvimento da Amazônia, SPVEA 54/60, v. I, p. 90.

Dentre os recursos aplicados, o setor Energia Elétrica aparece como o maior absorvedor com 48,6%, seguido da Indústria de Pesca e Frigorificados com 12,6% e Cimento com 9%. Era natural que ambos os setores despontassem na liderança do montante de crédito financiado pela SPVEA. A oferta de Energia Elétrica é condição *sine que non* para atração de investimentos para a região (fosse de capital nacional ou estrangeiro), pois sua interrupção ou oferta irregular representavam um gargalo que inviabilizaria qualquer empreendimento econômico. Por sua vez, a Indústria da Pesca tem na Amazônia local privilegiado, com caudalosos rios e extensos lagos, além da abundante quantidade e variedade de espécies, enquanto a produção de cimento aproveitava a disponibilidade de calcário.

5 O fracasso relativo da SPVEA, o atraso da região ocidental e a “Operação Amazônia”

A atuação da SPVEA não foi capaz de recuperar a participação relativa que a Amazônia tinha no PIB nacional em 1939. Neste ano, a participação

chegou a 2,64%. Desde a constituição de fundos específicos para a Amazônia (a partir de 1947), a participação da região no PIB nacional alcançou as mais elevadas porcentagens no meio da implementação do primeiro plano quinquenal da SPVEA (2,41%) e em 1961 (2,48%), devido aos efeitos da integração Norte-Centro Sul mobilizada pela construção da rodovia Belém-Brasília, fruto da execução do Plano de Metas.

A fase de declínio mais intensa é, no entanto, anterior à criação da SPVEA. Tomando os produtos que representavam 44% da produção agrícola da região entre 1939 e 1955, os preços de exportação da borracha caíram 50% em razão da queda pela metade das exportações e do aumento de 80% da produção física, canalizada principalmente para o mercado paulista. A castanha do Pará teve crescimento físico nulo em produção e exportações, com redução de 20% dos preços ao produtor. A crise não é a maior por causa das vendas crescentes para o Centro-Sul de pimenta e fibras duras como guaxima, malva e juta (Cano, 2013).

À exceção da pesca (de forma praticamente limitada a atender o mercado regional), a SPVEA não parece ter procurado valorizar melhor os recursos típicos da região (como das florestas mantidas em pé, inclusive para aproveitamento da diversidade biológica, preocupação praticamente estranha ao planejamento regional da época). No entanto, estimulou a diversificação da agricultura (pimenta e fibras duras) e da indústria no Pará (favorecida pelo crédito subsidiado e pela proximidade geográfica a fontes de insumos e mercados, como no caso do cimento)⁹.

Ademais, a abertura da Belém-Brasília em 1958 acelerou a venda de terras devolutas e a conversão da floresta em grandes projetos pecuários antes mesmo da criação da Sudam, acelerando o PIB paraense (Costa, 2000, 2012; Petit, 2003). Assim, entre 1953 e 1967, o Pará cresce a uma taxa de crescimento 7,5% a.a. (4% per capita), acima da taxa de crescimento da economia brasileira em 5,7% a.a., ou 3,7% a.a. per capita (Costa, 2012, p. 114). E isso muito embora o Nordeste, depois da criação da Sudene, tenha tido acesso a incentivos fiscais antes da região amazônica.

(9) Oliveira et al. (2014) fazem boa síntese dos resultados da SPVEA: “realização, de maneira pioneira, de inventários florestais de fundamental importância para o mapeamento das riquezas existentes na região; o melhoramento, em Belém e Manaus, dos sistemas de geração e de distribuição de energia elétrica; a construção de escolas, centros de pesquisas e hospitais; a criação do primeiro Centro de Pesquisas Florestais da região (em Santarém); o financiamento de refinaria de petróleo em Manaus e de uma fábrica de cimento no Pará” (p. 224).

Tomando a região como um todo nos anos 1960, contudo, sua participação no PIB nacional volta a se reduzir, tendo apresentado, em 1967, uma participação de 1,93%, significando que as estratégias de desenvolvimento regional aplicadas até 1967 não eram suficientes para que pelo menos se mantivesse o nível socioeconômico da Região Amazônica em relação à totalidade da economia brasileira, pois a Amazônia Ocidental não era absorvida satisfatoriamente pelo impulso da integração do Pará à economia nacional.

Tabela 5
Participação da Região Norte na Renda Interna Brasileira – 1939-1967
%

Ano	Região Norte
1939	2,64
1947	2,35
1948	2,03
1949	1,77
1950	1,71
1951	1,83
1952	1,80
1953	1,67
1954	1,67
1955	1,68
1956	2,06
1957	2,41
1958	2,19
1959	1,99
1960	2,23
1961	2,48
1962	2,05
1963	2,00
1964	1,95
1965	2,05
1966	2,04
1967	1,93

Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Conjuntura Econômica, v. 24, n. 6, 1970.

Conforme a Tabela 6, a redução apontada tem relação direta com a menor participação da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) na Renda Interna Regional, apontando sua inferioridade econômica

perante a Amazônia Oriental (Pará e Amapá), uma vez que esta região foi diretamente influenciada pela construção da Belém-Brasília.

Tabela 6
Amazônia – Distribuição de Renda Interna por Área – 1947-1967

Amazônia		
Ano	Ocidental (%)	Oriental (%)
1947	43	57
1950	41	59
1955	38	62
1960	38	62
1965	35	65
1967	31	69

Fonte: FGV. Conjuntura Econômica, v. 24, n. 6, 1970.

Vários dados ilustram o desequilíbrio entre a Amazônia e o resto do país e entre os dois lados da região amazônica:

a) a Região Amazônica tem uma população equivalente a 3,4% da população brasileira, sendo que a Amazônia Ocidental participa com 33% da população amazônica total;

b) a participação da Amazônia na formação da renda interna do país, em 1966, era de 2,04%, sendo que a Amazônia Ocidental participava com 33% do total, que correspondia a 0,6% da renda interna nacional;

c) em 1967, a renda per capita da Amazônia Ocidental correspondia a 76% da renda per capita da área oriental;

d) baixa densidade demográfica da área ocidental que, em 1960, era de 0,44 habitante por km², enquanto que, na área oriental, alcançava 1,17hab/Km².

Assim, em meados da década de 1960, o panorama econômico da região indicava uma tendência regressiva, agravando não só a desigualdade econômica entre as duas Amazônias, mas também a queda acentuada da participação da região na formação do Produto Interno Bruto brasileiro. O aprofundamento dos desequilíbrios regionais em momento de reforma estrutural e expansão de economias subdesenvolvidas é, como se sabe, tendência prevista pelos autores clássicos do desenvolvimento desequilibrado. Para eles, o desenvolvimento econômico capitalista tendia a concentrar-se em torno a polos regionais (Perroux, 1955, 1967), cujos efeitos propulsores inegáveis sobre atividades

complementares nas regiões atrasadas eram combinados com efeitos regressivos (atração de capitais e de mão de obra qualificada, prejuízo de atividades competitivas), que podiam ser minimizados apenas com políticas públicas compensatórias poderosas (Myrdal, 1957).

Em nosso caso de estudo, a SPVEA não foi capaz de compensar os efeitos de polarização/desequilíbrio regional que acompanharam a industrialização pesada brasileira, que teve impactos muito desiguais entre as diferentes regiões do país (Cano, 1998)¹⁰. Contou para isso o fato que os recursos reais para a SPVEA caíram na década de 1960, tendo o crescimento nominal ficado aquém da aceleração inflacionária.

No governo Castelo Branco (1964-1967), nos marcos do Programa de Ação Econômica do Governo – Paeg (1964-1966), as políticas governamentais para a Amazônia foram totalmente reformuladas, a partir da concepção de Planos Regionais. Os objetivos básicos desses planos regionais, segundo o titular do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, depois Ministério do Interior, João Gonçalves de Sousa, consistiu em “expandir, diversificar e modernizar as economias de cada região” (Viana Filho, 1975). Para a Amazônia, a nova política para a região foi denominada “Operação Amazônia”, lançada em 01.02.1966, em Macapá, com a presença de governadores e ministros.¹¹

A chave da nova política era a distribuição de incentivos fiscais. Dadas as prioridades da ditadura militar, as razões da política não eram apenas econômicas, tendo também o objetivo político de ocupar a Amazônia, eliminado um vácuo que poderia ser ocupado por potências estrangeiras ou, à maneira das Farcs na Amazônia colombiana, por forças subversivas como, anos mais tarde, a guerrilha do Araguaia. Os objetivos políticos se completariam com a cooptação de elites econômicas e políticas nos Estados e territórios da

(10) Como acentua Myrdal, “todos admitem que cabe ao Estado a responsabilidade não só de iniciar o plano global, como de controlar-lhe a execução. De certo modo, o plano é um programa estratégico do governo nacional para a aplicação de um sistema de interferências estatais no jogo das forças do mercado, condicionando-as de tal modo que exerçam pressão ascendente sobre o processo social” (Myrdal, 1957).

(11) Na ocasião, o presidente Castelo Branco assim se pronunciava: “*Daí estar colocado no primeiro plano das preocupações do Governo o fortalecimento econômico da região, a sua ocupação racional, o fortalecimento das suas áreas de fronteira e a integração do espaço amazônico no todo nacional. Com esse propósito, estuda-se completa reformulação da política nacional até agora seguida e que deverá ser mudada de acordo com a experiência dolorosamente acumulada*” (Sudam, 1966).

região e com a atração de correntes migratórias do Nordeste, o que desafogaria os conflitos sociais e agrários nesta região (Velho, 1972; Petit, 2003; Souza, 1994).

Neste contexto, a Operação Amazônia (1966) promove três mudanças no arcabouço institucional da Região Amazônica:

1) Lei n. 5.122, de 28.08.1966, que transforma o Banco de Crédito da Amazônia S.A. (B.C.A.) em Banco da Amazônia S.A. (B.A.S.A.), cujas atribuições são: efetivar operações bancárias em todas as modalidades, executar a política do Governo Federal relativa ao crédito na região, exercer função de agente financeiro da SPVEA para aplicação de recursos mobilizados interna ou externamente, de acordo com a legislação em vigor.

2) Lei n. 5.173, de 27.10.1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extinguindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A Lei n. 5.174, de 22/10/1966, dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica.

Por essa nova sistemática, as pessoas jurídicas que tivessem empreendimentos instalados e em operação em 31/10/1966, teriam isenção de 100% no imposto de renda, e as pessoas jurídicas situadas em qualquer ponto do país, poderiam deduzir 50% do valor do imposto devido, caso destinassem esses recursos para projetos aprovados pela Sudam. Além disso, permitia-se a isenção total no Imposto de Importação, na aquisição de máquinas e equipamentos, excetuando-se quando da existência de similar nacional. Como instrumento de concessão dos incentivos fiscais, criou-se o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (Fidam).

3) Decreto-Lei 288, de 28.02.1967, que cria a que reformula a Zona Franca de Manaus (ZFM) e cria a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), como entidade autárquica responsável pela administração da ZFM, com o objetivo de soerguer a economia amazonense, bem como desenvolver toda a área da Amazônia Ocidental¹².

(12) O Artigo 1º do Decreto-Lei 288 preceitua: “A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância em que se encontra dos centros consumidores de seus produtos” (Brasil, 1974).

Conclusão

A SPVEA surgiu como uma oportunidade criada pela Assembleia Nacional Constituinte de 1946, na tentativa de valorizar economicamente a Amazônia, num momento histórico em que a região teve papel importante ao fornecer látex, para os esforços de guerra denominado “Batalha da Borracha”, com fulcro nos “Acordos de Washington”. Ao não surgir integrada a um projeto nacional, enfrentou enormes obstáculos econômicos, técnicos e orçamentários, mesmo considerando que a implantação de agências de fomento regional já fosse uma iniciativa no sentido de uma política nacional (Lira, 2007).

Sua operacionalização tinha como pressuposto correto a noção de que a Amazônia precisava se integrar economicamente de forma mais plena ao mercado interno, pois historicamente seus vínculos estavam ligados aos mercados externos, sem que a economia da borracha tivesse criado mecanismos endógenos que sustentassem a diversificação produtiva regional depois do esgotamento de seu mercado internacional.

Para que isso fosse feito a contento, contudo, talvez fosse necessário tanto valorizar melhor os recursos típicos da região (como os produtos dos rios e das florestas mantidas em pé, inclusive para aproveitamento da diversidade biológica), quanto vincular a instituição de desenvolvimento regional a uma política de nacional desenvolvimento regional que compensasse os efeitos regressivos (atração de capitais e de mão de obra qualificada, prejuízo de atividades competitivas) típicos do desenvolvimento desequilibrado de uma economia capitalista subdesenvolvida. Ainda durante a vigência do I Plano Quinquenal da SPVEA, a abertura da Belém-Brasília permitiu ao governo do Pará vender terras devolutas no entorno da rodovia e acelerar uma forma de integração ao mercado nacional pautada por grandes fazendas de gado (abertas com a ação de madeireiras), independentemente do planejamento ou da autorização do órgão federal.

Depois da crise da SPVEA, é inegável que a Sudam, a Suframa e os grandes projetos subsidiados aceleraram a taxa de crescimento da região, mas com grande concentração de propriedade e renda e sem se preocupar com o manejo sustentável da floresta ou com uma estratégia de desenvolvimento tecnológico que passasse pela pesquisa e aproveitamento da diversidade biológica, muito menos com a preservação da pequena propriedade ou de formas comunitárias (indígenas ou camponesas) de uso da terra. O projeto do Brasil Grande da ditadura militar se ancorava em uma concepção de

desenvolvimento que não consultava as populações (nativas ou não) que viviam da floresta e das áreas ribeirinhas, mas financiava grandes projetos controlados muitas vezes por proprietários ausentes que eram estimulados pelos incentivos fiscais. Estes incentivos, por sua vez, em conjunto com aqueles relacionados à exportação e outros de base local, limitavam recursos fiscais destinados à infraestrutura das pequenas e grandes cidades da região, dado o privilégio político e econômico conferido à logística e aos corredores necessários à operação dos grandes projetos subsidiados.

É com base nessa orientação geral que os grandes projetos minerais, hidrelétricos e rodoviários expandem-se na região amazônica, e em conjunto com o avanço das madeireiras, da pecuária de corte e, mais tarde, da fronteira agrícola da soja levam à atração de grandes contingentes populacionais para a região, de um lado, e de outro à concentração e a conflitos fundiários que desaguardariam no desflorestamento, no êxodo rural e no inchaço das periferias das regiões metropolitanas de Belém e Manaus, temas cujo aprofundamento está além do escopo deste artigo.

Referências bibliográficas

ALBQUERQUE; NICOL. *Economia agrícola*. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1987.

ACA. *Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Edições ACA, 1971.

BAER, W. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

BASTOS, P. *Desenvolvimentismo incoerente? Comentários sobre o projeto do segundo governo Vargas e as ideias econômicas de Horácio Lafer (1948-1952)*. *Economia (Brasília)*, v.6, p.151 - 176, 2005. 2005a

_____. A Construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre estado e mercado nos setores de base. *Economia*, Selecta, Brasília, DF, v. 7, n. 4, p. 239-275, dez. 2006.

_____. Qual era o projeto econômico varguista? *Revista Estudos Econômicos*, v. 41, n. 2, abr./jun. 2011.

_____. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas”. In: Bastos e Fonseca (2012, Org.). op. cit. 2012.

BASTOS, P. Desenvolvimentismo, restrição externa e política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954). *História Econômica e História de Empresas*, v. 18, n. 2, 2015.

BRANDT, Sérgio Alberto. *Teoria do desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: FGV, 1976.

BRASIL. Leis, Decretos. Incentivos Fiscais para o Desenvolvimento. (Legislação Federal, Estadual e Municipal). Manaus, Codeama, 1974.

BOTELHO, João. *Viagem parlamentar à Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1947.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. Campinas: Unicamp. IE, 1998.

_____. *Amazônia: da crise à integração atípica e truncada*”. In: LINS NETO; LOPES. *1912-2012, cem anos da crise da borracha: do retrospecto ao prospecto*. Belém: Corecon – Pará, 2013.

COSTA, F. A. (2000). *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém, NAEA, 2012.

_____. *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém, Naea, 2012.

DRAIBE, S. M. *Rumos e metamorfoses – um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Tese (Doutorado)–USP, 1980. Publicado como *Rumos e metamorfoses – estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

FARO, C.; SILVA, S. L. Q. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FERREIRA FILHO, Cosme. *Amazônia em novas dimensões*. Manaus: Editora Conquista, 1961.

CORRÊA, Luiz Maximiano. *A batalha da borracha e a Segunda Guerra Mundial*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1967.

FONSECA, P. D. (1987). *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, P. D. Nem ortodoxia nem populismo: o segundo Governo Vargas e a Economia Brasileira. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 14, p. 19-58, 2010.

_____. O mito do populismo econômico de Vargas. *Revista de Economia Política*, v. 31, p. 56-76, 2011.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. *Morte e ressurreição da Sudam: uma análise da decadência e extinção do Padrão de Planejamento Regional na Amazônia*. Belém: Editora da UFPa, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2007.

MACHADO, Lia Osório. *Mitos e realidades da Amazônia Brasileira no contexto Geopolítico Internacional (1540-1912)*. Tese (Doutoral)–Barcelona, 1989.

MAHAR, Denis J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1978. (Relatório de Pesquisa, 39).

MOURA, G. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *O aliado fiel: a natureza do alinhamento brasileiro aos Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Tese (Doutorado)–University College London. Trad. CPDOC-FGV, 1984a.

_____. *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984b.

MYRDAL, Gunnar. *Economic theory and under-developed regions*. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd., 1957.

PERROUX, F. (1955). O conceito de polos de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia regional – textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

_____. *A economia do século XX*. Lisboa: Herber, 1967.

PETIT, P. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

OLIVEIRA, W.; TRINDADE, J. R.; FERNANDES, D. A. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, jun. 2014.

PASSOS, Kelene Batalha. A primeira experiência de planejamento regional na Amazônia: a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PRODERE), UFAM, Manaus, 2009.

SANTOS, Roberto Araújo. *História econômica da Amazônia: 1880 a 1920*. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1980.

SEITENFUS, R. *O Brasil de Getúlio Vargas e o processo de formação de blocos (1930-1942)*. São Paulo: Nacional; Brasília, D.F.: INL: Fundação Pró-Memória, 1985.

_____. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDPUCRG, 2000.

SOUZA, M. *Breve história da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

STELLA, Thomas Henrique de Toledo. *A integração econômica da Amazônia (1930-1980)*. Dissertação (Mestrado)–IE/Unicamp, Campinas, 2009.

SPVEA. *Programa de Emergência*. Belém: SPVEA, 1954.

_____. *Política de desenvolvimento da Amazônia*. Belém: SPVEA, 1960, 2v.

SUDAM. *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Belém: Editora Farângola, 1966.

VELHO, O. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração em uma área da Transamazônica*. São Paulo: Zahar, 1972.

VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.